



Em busca da cidadania em redes:¹ usos da Internet em escolas do Sul do Brasil²

Andressa Costa Prates³
Candida Cavalheiro Schwaab⁴
Fernanda Puhl⁵
Prof. Dr. Luciano Miranda⁶
Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS

Resumo

O trabalho visa relatar preliminarmente as atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito do projeto “Usos da internet, redes sociais e inclusão digital”, contribuindo à divulgação da pesquisa social na região do Médio Alto Uruguai do Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa objetiva esclarecer os mecanismos que tendem a viabilizar aos atores sociais, inseridos em programas de inclusão digital, práticas sociais relativamente autônomas, e o processo de acumulação de capitais a partir da inserção em redes sociais. O campo de pesquisa inicial é a rede de ensino fundamental e médio, público e privado, na cidade de Frederico Westphalen, integrante da referida região.

Palavras-chave

Inclusão digital; redes sociais; usos da Internet; atores sociais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa, além da divulgação da pesquisa “Usos da internet, redes sociais, e inclusão digital”, mostrar a relevância das discussões acerca da inclusão digital, tema atual e de extrema importância para o desenvolvimento social, cultural e econômico das sociedades contemporâneas. Desse modo, é apresentado neste trabalho o panorama geral da pesquisa, contemplando o espaço geográfico em que ela é

¹ Trabalho apresentado na área temática “Comunicação, Espaço e Cidadania” (IJ 7) do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Dados obtidos a partir de pesquisa realizada com o apoio de editais de iniciação científica (IC-REUNI e PIVIC) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP).

³ Acadêmica do 7º semestre do curso de Comunicação Social – hab. Jornalismo da UFSM. Bolsista PIVIC PRPGP/UFSM. Participante do Núcleo de Análise de Variáveis na Economia Política das Comunicações (*navE*) – Grupo de pesquisa CNPq/UFSM. Email: andressa.c.prates@hotmail.com.

⁴ Acadêmica do 8º semestre do curso de Comunicação Social – hab. Relações Públicas - ênfase em Multimídia da UFSM. Bolsista PIVIC PRPGP/UFSM. Participante do Núcleo de Análise de Variáveis na Economia Política das Comunicações (*navE*) – Grupo de pesquisa CNPq/UFSM. Email: candidaschwaab@gmail.com.

⁵ Graduada em Comunicação Social – hab. em Jornalismo, na UFSM. Bolsista IC-REUNI PRPGP/UFSM. Participante do Núcleo de Análise de Variáveis na Economia Política das Comunicações (*navE*) – Grupo de pesquisa CNPq/UFSM. Email: fernandapuhl17@gmail.com.

⁶ Coordenador do projeto de pesquisa “Usos da Internet, Redes Sociais e Inclusão Digital”. Orientador das bolsistas de iniciação científica vinculadas ao projeto e ao presente trabalho. Professor da UFSM, no Departamento de Ciências da Comunicação, campus Frederico Westphalen/RS. Doutor em Ciência Política (UFRGS). Líder do Núcleo de Análise de Variáveis na Economia Política das Comunicações (*navE*) – Grupo de pesquisa CNPq/UFSM. Email: lucmira.5w1h@gmail.com.



desenvolvida e os objetivos aos quais se destina. Em seguida, abordam-se alguns conceitos de inclusão e exclusão digital que auxiliam na análise dos dados coletados. Por fim, são apresentados os passos metodológicos da pesquisa encerrando com algumas considerações parciais sobre os resultados e as percepções dos pesquisadores.

O projeto de pesquisa “Usos da internet, redes sociais e inclusão digital” é desenvolvido no âmbito do Núcleo de Análise das Variáveis na Economia Política das Comunicações, grupo de pesquisa CNPq, institucionalizado pela Universidade Federal de Santa Maria, em que se vinculam os docentes e estudantes participantes das atividades da pesquisa.

As atividades de planejamento e execução da pesquisa foram desenvolvidas durante o ano de 2012, remanescendo ao ano de 2013 a tabulação, cruzamento e análise dos dados. A fase de execução da pesquisa de campo iniciou-se em agosto de 2012 por meio da aplicação de questionários junto às escolas do município de Frederico Westphalen/RS, situado na região do Médio Alto Uruguai. Embora a intenção da pesquisa seja contemplar diferentes agrupamentos sociais atuantes no município e na região, optou-se neste primeiro momento restringi-la apenas ao setor da educação.

A pesquisa adota como referência teórico-conceitual fundadora a abordagem praxiológica da teoria social bourdieusiana. Os usos sociais da técnica midiática têm, nessa perspectiva os estudos realizados por Bourdieu e Passeron (1963; et al., [1965] 1989) em que são analisadas determinadas práticas minimamente forçadas por imposições objetivas de ordem econômica, mas que no entanto revelam disposições, do *ethos* ou *habitus*, que desencadeiam outras imposições ou predisposições. Articula-se a noção de campo – tendo em conta o “campo da indústria cultural” – com conceitos-chave como o de capital e, consecutivamente, o de disposições. A articulação permite a interpretação sobre planos analíticos que se “interconectam” por meio de redes sociais, nas quais se multiposicionam os atores sociais. A proposta se justifica, por um lado, em razão da percepção de contradições presentes na implementação de políticas públicas de inclusão digital, em que pesam desigualdades tanto do ponto de vista sócio-econômico quanto do intra-regional.



1 INCLUSÃO E EXCLUSÃO DIGITAL: UMA VISÃO ALÉM DO INSTRUMENTAL

A exclusão digital refere-se à desigual distribuição e acesso a computadores e Internet. Constitui novo processo de exclusão social e de limitação à justiça social e ao exercício da cidadania. Políticas públicas de gestão da informação e de investimento à inclusão digital consideram necessariamente a existência de desigualdades inter- e intra-regionais, ao passo em que essas se constituem no contexto de continuidades e de descontinuidades. Com efeito, Gálvez (2007, p. 243-244) problematiza as verdadeiras possibilidades de desenvolvimento abertas às regiões periféricas. Embora países desenvolvidos e em fase de desenvolvimento incorporam a inclusão digital em suas políticas de Estado com o objetivo de “disseminar o uso de computadores e, principalmente, da internet em seus territórios” (CAZELOTO, 2008, p. 178) como canal para potencializar o capital econômico, humano, cultural e o combate a pobreza (SILVEIRA, 2003 apud CAZELOTO, 2008, p. 179).

Gálvez (2007) propõe o investimento à acumulação e colocação em circulação de capital cultural. Todavia, tais oportunidades não obscurecem o entendimento de que a inclusão digital ao passo que inclui socialmente potencializa a subordinação dos incluídos às lógicas sistêmicas que integram a “cultura” contemporânea. Ademais, tem sua limitação na própria estruturação de disposições individuais e coletivas as quais tendem a reproduzir determinadas práticas que revelam a submissão dos mesmos aos constrangimentos sociais.

Se no início do século XX a relação entre trabalho e capital dominou a lógica de valor, hoje essa lógica é permeada na relação de saber e conhecimento. Zallo (2005 apud GÁLVEZ, 2007, p. 243) afirma que “o capital cultural se erige então como um dos fatores que dentro de cada região podem marcar uma diferença no processo de desenvolvimento”. Nisso, em que se percebe a importância não tanto do capital financeiro das regiões, mas sim de suas capacidades em desenvolver conhecimento por meio da informação. Com efeito, de acordo com Mark Warschauer (apud STAROBINAS, 2003, p. 4):

A Exclusão Digital não se dá somente por ausência de acesso físico a computadores, acessórios e conexão, mas também a recursos adicionais que permitem um uso adequado da tecnologia. Estes recursos são de outra ordem, passando pelo esforço da comunidade em compreender as necessidades reais dos usuários, a existência de conteúdo relevante em



idioma do grupo, o grau de instrução da população usuária, sua capacidade de leitura, entre outros.

Importante destacar que inclusão digital, neste momento, tratando-se apenas como a interação com a máquina, não se torna o suficiente para a agregação cultural, educacional e social a que se destinam as políticas de inclusão digital, bem como, por si só, não são capazes de modificar o espaço social em que os indivíduos estão inseridos. Uma criança de classe baixa, morando em uma região desfavorecida de seu município não irá visitar sites de notícias, museus, e assistir documentários sobre política, por exemplo, sem que haja um estímulo prévio para que isso ocorra. Caso contrário, ela irá apenas acessar algumas das mais famosas mídias digitais e acessar sites de entretenimento.

Para Cazeloto (2008, p.125), a inclusão digital remete á hierarquização e completa dizendo que ela é “um conjunto de discursos e práticas cujo objetivo é levar a informatização a grupos sociais que, sem esses procedimentos, muito provavelmente não teriam condições de acesso às ferramentas informáticas”, o que acarreta distância social e informacional considerável frente a outros grupos sociais. Esses indivíduos correm o risco de permanecer à margem da sociedade.

Destarte, os grupos sociais aos quais se destinam essas políticas de inclusão são os mais variados possíveis, embora algo é comum a todos: a “estratificação social” (CAZELOTO, 2008, p. 128), em que estão em desvantagem na “divisão social de privilégios” (CAZELOTO, 2008, p. 128). Mais uma vez, portanto, demonstra-se a importância de não apenas instrumentalizar, mas sim estimular o uso consciente e eficaz da tecnologia apresentada.

No Brasil, os debates sobre a inclusão digital têm sido cada vez mais estimulados por políticas públicas ou programas criados pelo Estado, por entidades do Terceiro Setor, por empresas privadas entre outros atores sociais. Em nível federal, tem-se a Secretaria de Inclusão Digital (SID) do Ministério das Comunicações, criada pelo Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011, que possui como objetivo principal “a formulação, execução e articulação de políticas públicas relativas à inclusão digital no âmbito do Governo Federal”. Esse tipo de iniciativa busca uma proximidade cada vez maior entre a população e os recursos tecnológicos disponíveis no mercado. O Ministério das Comunicações entende que as políticas de inclusão digital são “como ferramentas para o exercício da cidadania” ressaltando que a interação entre indivíduos e Tecnologias da Informação e da Comunicação é parte integrante do “processo de



escolha e de autonomia” individual. As TICs também possuem a função de potencializar o capital social nas comunidades, de forma a estimular o exercício pleno da cidadania.

Segundo pesquisa do IBOPE MEDIA⁷ no terceiro trimestre de 2012 o número total de brasileiros que acessam a internet é de 94,2 milhões. Essa pesquisa inclui crianças de 2 a 15 anos que acessam a internet em seus domicílios, população não contabilizada nos trimestres anteriores, e pessoas a partir de 16 anos de idade que acessam em qualquer ambiente: domicílio, trabalho, escola, lan houses e outros locais. Não contabilizando o público de 2 a 15 anos de idade o número de pessoas com acesso era de 83,4 milhões subindo para 85,3 milhões, um aumento de 2,4% de usuários em relação ao trimestre anterior.

Quanto à medição em domicílios, o crescimento foi ainda mais representativo. O número de pessoas que possuem acesso à Internet em suas residências foi de 69,5 milhões no último trimestre de 2012, demonstrando um aumento de 16% sobre o mesmo trimestre do ano de 2011. Ressaltando que a pesquisa do IBOPE MEDIA não estima a qualidade do acesso dos usuários, detendo-se apenas a parte quantitativa, isso reforça a tese de que não basta a população possuir os instrumentos sem saber utilizá-los para potencializar valores culturais e sociais.

Com base nessas informações fatuais, dados estatísticos e aportes teórico-conceituais, cabe articular-se a metodologia por meio da qual se busca a compreensão dos atores observados pelo presente estudo.

2 METODOLOGIA

A pesquisa social procura leituras que sejam auxiliares ao desenvolvimento da análise do *corpus* da pesquisa, bem como, por evidente, o trabalho de campo. Em princípio, nesse sentido, busca-se o entendimento de alguns conceitos fundamentais, operacionais à investigação, em especial por meio de MIRANDA (2005), LAVILLE e DIONNE (1999), e NUNES (1978). Em seguida, optou-se pelo método de pesquisa survey. Neste contexto, Babbie (2001) adequou um guia para pesquisas de caráter quantitativo, versando desde o pensar a hipótese a ser pesquisada até a tabulação e análise dos resultados. Com o aprendizado dos fundamentos teóricos, partiu-se para a

⁷ Pesquisa divulgada no site da empresa. Disponível através do link: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Acesso-a-internet-no-Brasil-atinge-94-milhoes-de-pessoas.aspx>



etapa estrutural da pesquisa, momento em que foi definida a metodologia propriamente dita. Em primeira instância, definiu-se o universo⁸ a ser pesquisado: a rede educacional do município de Frederico Westphalen. Deste modo, dentro do universo da pesquisa, constariam todos os envolvidos com a rede educacional da cidade direta ou indiretamente, mas, para constituir a população⁹ total dividiu-se em dois grupos: 1) professores e funcionários, chamados de Pesquisa dos Servidores, 2) estudantes de 1º ano das séries iniciais ao 3º ano do ensino médio, que se convencionou chamar de “Pesquisa dos Alunos”.

Em um primeiro momento, houve o contato com as escolas, a fim de apresentar a pesquisa e obter autorização para realização da mesma, bem como coletar os dados de cada escola para além de conhecer a população total, pudesse ser construída a amostra. Obteve-se um total de 685 servidores e 4818 alunos, sendo esta a população total.

Utilizou-se os métodos de pesquisa de *Survey*, consagrados em pesquisas quantitativas e explicados por Babbie (2001, p.78) como “semelhantes a censos sendo a diferença principal entre eles que um *survey*, tipicamente, examina uma amostra da população, enquanto que o censo geralmente implica uma enumeração da população toda”. Dentro do método de pesquisa *survey*, foi utilizada a modalidade probabilística, apresentada como positiva por Babbie (2001, p. 125) já que “cada elemento ter chance igual de seleção, independente de qualquer outro evento do processo de seleção”. Dentro da família das probabilísticas, apropriou-se do desenho de Amostragem Estratificada:

um método para obter maior grau de representatividade, reduzindo o provável erro amostral. [...] a função da estratificação é organizar a população em subconjuntos homogêneos (com heterogeneidade entre os conjuntos) e selecionar o número apropriado de elementos de cada subconjunto (BABBIE, 2001, p.137-138).

Desta forma, calculou-se a amostra estratificada em dois níveis: 1º) por semelhança da população; subconjuntos de funcionários, de professores e de cada série/ano dos alunos; 2º) por turmas dentro de cada escola, no caso dos alunos, e, por classe de funcionários ou professores em cada escola, no caso de servidores. E foram obtidos os seguintes resultados:

⁸ Babbie (2001, p.121) Um universo é a agregação teórica e hipotética de todos os elementos definidos num *survey*. Se o americano individual for o elemento do *survey*, então “americanos” serão o universo.

⁹ Babbie (2001, p.121 -122) É a agregação teoricamente especificada de elementos *Survey*, da qual é extraída a amostra do *Survey*.



Da população de 685 servidores e 4818 alunos, calculou-se a **amostra** de acordo com a fórmula utilizada em *survey* para populações finitas (menores que 100 mil):

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

N = população

n = amostra

σ = nível de confiança em desvios padrão

e = margem de erro

p = % com a qual o fenômeno se verifica

q = % complementar

Na pesquisa dos Servidores, foi obtido:

$$n = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 685}{7^2 \cdot (685 - 1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50} = 157,4 = 157 \text{ entrevistados}$$

Em que utilizou-se:

N = 685

n = ?

σ = 2 desvios padrões, correspondente a 95,5% de nível de confiança

e = 7 para mais ou para menos

p = 50

q = 50

Na pesquisa dos Alunos, chegou-se ao seguinte resultado:

$$n = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 4818}{7^2 \cdot (4818 - 1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50} = 195,8 = 196 \text{ entrevistados}$$

Em que utilizamos:

N = 4818

n = ?

σ = 2 desvios padrões, correspondente a 95,5% de nível de confiança

e = 7 para mais ou para menos

p = 50

q = 50

Ou seja, um total de 353 entrevistados. Depois de calculada a amostra, foi composto o **1º nível de estratificação** por meio de regra de três.



Assim, na pesquisa dos servidores, tem-se o que segue, de modo exemplar:

685 servidores	100%	$x = 27,44\%$	
188 funcionários	x		
685 servidores	100%	$x = 72,5\%$	
497 professores	x		
157 entrevistados	100%		
x	27,44% funcionários		x = 43,08 = 43 funcionários
entrevistados			
157 entrevistados	100%		
x	72,5% professores		x = 113,82 = 114 professores
entrevistados			

O mesmo para a “Pesquisa dos Alunos”, que foram, nesta etapa de 1º nível de estratificação, agrupados de acordo com a série, independentemente da escola em que estudavam. No entanto, para não descrever todos os cálculos, apresentam-se os valores finais deste estrato.

Ensino Fundamental:

- 1º ano = 15 entrevistados
- 2º ano = 16 entrevistados
- 3º ano = 16 entrevistados
- 4º ano = 15 entrevistados
- 5º ano = 18 entrevistados
- 6º ano = 11 entrevistados
- 5ª série = 2 entrevistados
- 6ª série = 21 entrevistados
- 7ª série = 19 entrevistados
- 8ª série = 15 entrevistados

Ensino Médio:

- 1º ano = 18 entrevistados
- 2º ano = 16 entrevistados
- 3º ano = 13 entrevistados

No segundo momento, foi realizado o 2º nível de estratificação, etapa esta que agrupou os subconjuntos por escolas. Já se sabia os valores de funcionários, de professores e de alunos correspondentes a cada série que se necessitava entrevistar, agora era necessário descobrir quantos precisavam ser entrevistados em cada escola.



Desta forma, mantendo mais uma vez as proporções calculou-se, por regra de três, o número exato de funcionários, professores e alunos em cada série por escola a serem entrevistados. Foram obtidos os seguintes resultados:

Alunos por série e por escola

Escola	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	1º ano	2º ano	3º ano
Afonso Pena	1M	1F1M	1F1M	1F	1F2M	1F	-	1F1M	1F1M	1F			
Alberto Pasqualini	0	1F	0	0	1M	-	-	-	-	-			
Auxiliadora	1F	1M	0	1M	0	-	-	1F	1M	1F			
C. Edgar M. de Matos	1F	1M	1F	1M	1M	1F	-	1F	1M	1M			
Cardeal Roncalli	1F1M	1F	1M	1F1M	1M	1F1M	-	2F1M	1F1M	1F1M	1M2F		
Castelo Branco	0	0	1M	1F	0	0	-	0	1F	0			
CIEP	1M	1F	1M	1F	1M	1F	-	1M	1F	1M			
Duque de Caxias	0	1M	0	1M	1F	-	1F	1M	1F	0			
Francisco Cocco	0	1M	0	0	-								
Giusto Damo	1M	1F	1M	1F	1F	1M	-	1F	1M	1M			
Joaquim Nabuco	1M	0	0	0	1F	0	-	1M	0	0			
José Cañellas											4F4M	5F5M	3F3M
Marechal Floriano	0	0	1F	0	0	-	-	1M	0	1M			
Maria Falcon	1M	1F	0	1F	1M	0	-	-	-	-			
Monsenhor Vitor	0	0	1M	0	1F	-	1M	0	1F	0			
Natália Gadonski	0	0	1F	0	-	-	0	0	0	1M			
Nossa S. de Fátima	0	1M	1F	0	0	0	-	1F	1M	0			
Odila Lenhen	1F1M	1F1M	1F	1F1M	1F1M	1F1M	-	1F1M	1F1M	1M			
Rui Barbosa	1F	0	0	0	0	-	-	1M	1M	0			
Santo Inácio	1F	0	1M	1M	1F	1F	-	1F1M	1M	1F			
Sepé Tiarajú	1F	1F1M	1F1M	1F1M	1F1M	1M	-	1F2M	2F1M	2F1M	2F3M	2F2M	3F2M
URI – Colégio											1F1M	1F1M	1F1M
Vinte e Um de Abril	1M	0	0	0	1F	-	-	-	-	-			
Waldemar Sampaio	0	0	1F	0	0	1M	-	0	0	1F			



Servidores por setor e por escola:

Escola	Nº de funcionários
Afonso Pena	2 F
Alberto Pasqualini	0
Auxiliadora	3 F
Cardeal Roncalli	1F
Castelo Branco	1 F
Conselheiro Edgar Marques de Matos	1 M 4 F
Duque de Caxias	1 M 1 F
Francisco Cocco	0
Giusto Damo	1 F
Joaquim Nabuco	1 F
José Cañellas	1 M 4 F
Marechal Floriano	0
Maria Falcon	1 M 2 F
Monsenhor Vitor	1 F
Natália Gadonski	1 F
Nossa Senhora de Fátima	1 F
Odila Lenhen	2 M 4 F
Rui Barbosa	1 F
Santo Inácio	1 F
Sepé Tiarajú	1 M 2 F
URI – Colégio	0
Vinte e Um de Abril	0
Vergínio Cerutti- CIEP	1 M 3 F
Waldemar Sampaio	1 F
TOTAL	43

Escola	Nº de professores
Afonso Pena	7 F
Alberto Pasqualini	1 F
Auxiliadora	1 M 6 F
Cardeal Roncalli	2 M 8 F
Castelo Branco	3 F
Conselheiro Edgar Marques de Matos	1 M 4 F
Duque de Caxias	4 F
Francisco Cocco	1 F
Giusto Damo	1 M 3 F
Joaquim Nabuco	3 F
José Cañellas	4 M 12 F
Marechal Floriano	2 F
Maria Falcon	2 F
Monsenhor Vitor	2 F
Natália Gadonski	3 F
Nossa Senhora de Fátima	1 M 2 F
Odila Lenhen	1 M 7 F
Rui Barbosa	3 F
Santo Inácio	6 F
Sepé Tiarajú	2 M 11 F
URI – Colégio	1 M 2 F
Vinte e Um de Abril	2 F
Vergínio Cerutti- CIEP	4 F
Waldemar Sampaio	1 M 1 F
TOTAL	114



Finalizada a primeira parte estrutural da pesquisa, passou-se à segunda: o desenvolvimento do questionário quantitativo. Almeida (2002, p.78) destaca que “um questionário de pesquisa tem um objetivo bem definido: realizar medições de variáveis ou conceitos. Para cada variável existe uma pergunta correspondente que a mensura”. Foram desenvolvidos dois questionários distintos, um para os Servidores e outro para os Alunos, mas com os mesmos princípios norteadores e em grande parte com as mesmas questões. Ambos possuíam 107 perguntas, de modalidades abertas ou fechadas, dependendo da necessidade de aprofundamento da informação. O mesmo fora dividido em duas partes: a primeira com caráter pessoal, momento em que se buscava conhecer a personalidade da pessoa, seus capitais, seu *habitus...*; e, a segunda, sobre os usos da internet e das redes sociais e inclusão digital. Foi desenvolvido, também, um diário de observação, visando o aspecto qualitativo da pesquisa, especialmente no que consistia a *exis* corporal do entrevistado e os dados ditos além do constante no questionário quantitativo.

Desenvolvido o *corpus* da pesquisa, foi-se a campo, aplicar os questionários testes e ver na prática se a teoria funcionava. Com os resultados positivos dos testes, passou-se à fase prática. Os questionários sempre eram aplicados por duplas, já que um realizava a parte quantitativa e o outro a qualitativa, tornando a entrevista como uma conversa, inclusive com perguntas extras, das quais as respostas foram registradas no diário de observação elaborado para cada entrevista.

Finalizadas as entrevistas, passou-se à tabulação dos dados, no Software Sphinx e a digitação dos diários de observação. Em seguida foram realizadas análises preliminares dos resultados, já que ainda se pretende realizar cruzamentos de variáveis e concentrar mais os estudos em microelementos que necessitam de visibilidade na pesquisa.

3 CONSIDERAÇÕES

Percebe-se a importância da inclusão digital, principalmente, na rede de ensino de regiões afastadas dos grandes centros, como a região do Médio Alto Uruguai, onde está localizado o município de Frederico Westphalen/RS. Com base em alguns resultados preliminares da tabulação da pesquisa, observou-se que embora a maioria das crianças e adolescentes (52,6%) respondessem que utilizam as TIC (tecnologias de



informação e comunicação) para fins de estudo e pesquisa, a porcentagem de acessos à jogos chega a 51,5% e acesso às redes sociais 64,8%. Segundo os relatos dos entrevistados, documentados nos questionários e diários de observação, os jogos por eles utilizados não possuem conteúdo educativo. Sendo que as crianças das séries iniciais, não obstante, parecem ser instigadas a utilizar jogos de entretenimento com o intuito de ambientarem-se com o uso dos computadores.

Daí a importância de se pesquisar sobre o tema a fim de compreender os usos da internet na rede educacional, para que futuramente se possam realizar ações efetivas de acompanhamento desses jovens, com o intuito de que se habilitem à posse e acumulação de capitais sociais, em que se destaca o capital cultural, nas novas fontes de conhecimento que são as TIC, as quais também podem contribuir ao desenvolvimento do território em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2002.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. Tradução: Guilherme Cezarino.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Sociologues des mythologies et mythologies de sociologues. Les Temps Modernes, Paris, n. 211, p. 998-1021, 1963.

CAZELOTO, Edilson. **Inclusão Digital: Uma visão crítica**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

GÁLVEZ, Francisco J. M. Políticas de Comunicação e Desenvolvimento Regional. Desafios diante da Sociedade do Conhecimento. In. RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (Orgs.). **Políticas de Comunicação – Buscas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Paulus, 2007, p. 235-258.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Secretaria de inclusão digital**. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/inclusao-digital/acoes-e-programas>. Acesso em: 14 abr. 2013.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Inclusão Digital**. Disponível em:
<http://www.mc.gov.br/o-ministerio/secretaria-de-inclusao-digital>. Acesso em: 14 abr. 2013.

MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o Campo da Comunicação**. Por uma Teoria da Comunicação Praxiológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

NUNES, Edson de Oliveira (org). **A Aventura Sociológica**: objetividade, paixão, improviso, e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

STAROBINAS, Lilian. **Repensando a exclusão digital**. Disponível em:
<http://www.rc.unesp.br/pef/hemeroteca/ead/index0902.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013